

MONITORIZAÇÃO

MONITORIZAÇÃO

MONITORIZAÇÃO

MONITORIZAÇÃO

MONITORIZAÇÃO

MONITORIZAÇÃO

MONITORIZAÇÃO

MONITORIZAÇÃO

MONITORIZAÇÃO

MONITORIZAÇÃO

MONITORIZAÇÃO

CAPITULO VIII

MONITORIZAÇÃO

MONITORIZAÇÃO

MONITORIZAÇÃO

MONITORIZAÇÃO

MONITORIZAÇÃO

MONITORIZAÇÃO



VIII – MONITORIZAÇÃO

A Carta Educativa é um instrumento de planeamento e gestão do sistema educativo, que para assumir um carácter dinâmico tem necessidade de adoptar um modelo de monitorização.

A monitorização da Carta Educativa do Concelho de Carregal do Sal deverá identificar e avaliar continuamente os aspectos fundamentais que regem a boa adequação do instrumento à realidade e à sua exequibilidade.

A monitorização é um aspecto importante da Carta Educativa, pois baseia-se num sistema de registo de dados e de acções, visando orientar os processos em curso, o seu impacte nos resultados esperados e os factores críticos para a concretização das acções planeadas, definindo desta forma, modos de acompanhamento e aprofundamento da mesma.

A Carta Educativa é um projecto fulcral e dinâmico de intervenção, baseado em objectivos relacionados com a melhoria da educação, da cultura, do ensino, da formação, num dado território, no sentido de ser parte integrante do seu desenvolvimento social. Assim sendo, constitui-se como um documento aberto e flexível e, por isso, à medida que o processo se vai desenrolando, vão-se definindo novas etapas e estratégias que têm que ser ajustadas, implicando uma necessária e constante reflexão e conseqüente alteração.

A corroborar com esta ideia, temos o Manual para a Elaboração da Carta Educativa, no qual é mencionado que *“a Carta Educativa é sempre um processo inacabado, na medida em que tem de se adequar a uma realidade que evolui constantemente em função de dinâmicas demográficas, sócio-económicas, de alterações de política educativa e do desenvolvimento local”*.

O processo de monitorização compreende quatro fases essenciais:

- 1. Recolha/ sistematização da informação**
- 2. Instrumentos de Acção**
- 3. Avaliação dos resultados**
- 4. Gestão**



1. Recolha de Informação

O processo de recolha, sistematização e disponibilização da informação é essencial no processo de monitorização da carta educativa, devendo a informação ser actualizada anualmente ou sempre que ocorra qualquer alteração, pelos estabelecimentos de ensino e agrupamentos de escolas, bem como, por um Técnico da Autarquia nomeado para tais funções e responsabilidades.

A informação será obtida através da actualização de uma base de dados criada para uma alteração permanente. O Conselho Municipal de Educação seleccionará a informação a disponibilizar.

2. Instrumentos de Acção

Depois de seleccionar a informação tida por relevante, o Conselho Municipal de Educação definirá estratégias de acção, suportadas naquela informação, e, a partir daí, serão elaborados pequenos relatórios que permitam fazer uma avaliação das medidas apresentadas na Carta Educativa, tendo em vista a possível reformulação e adaptação das mesmas.

3. Avaliação dos resultados

No final de cada ano, ou, eventualmente, de 2 em 2 anos, deverão ser produzidos pequenos relatórios de avaliação da própria carta educativa e das medidas apresentadas.

A partir desses relatórios será feita a avaliação em sede de Conselho Municipal de Educação acerca do desenvolvimento da Carta Educativa, propondo ajustes estratégicos considerados pertinentes.



4. Gestão

A monitorização da Carta Educativa deve ser, em princípio, da responsabilidade do Município, já que este reúne as condições de reconhecimento e análise mais objectiva das realidades a focalizar. O Conselho Municipal de Educação, dada a heterogeneidade salutar da sua composição, constitui-se como fórum privilegiado de discussão e reflexão.

Para além da implementação do sistema de informação descrito anteriormente recomenda-se a criação de uma Comissão de Acompanhamento constituída por elementos políticos e técnicos para a avaliação das acções/medidas a implementar. Este grupo terá a seguinte constituição: Vereador da Educação, Cultura e Desporto, Técnica de Planeamento, Técnica da Acção Social, Socióloga, Chefe de Divisão Administrativa, Chefe de Divisão Financeira e Chefe da Divisão de Obras.

As intervenções ao nível do Parque Escolar terão que ser avaliadas minuciosamente, tendo por base os projectos a executar, as medidas de intervenção propostas, através de medições, orçamentos e calendarizações.

Ao nível da oferta educativa, esta terá de ser definida no decorrer do processo de monitorização, prevendo-se que até final do ano lectivo este processo esteja concluído.

Segundo o nº 2 e nº 3 do artigo 20º do Decreto-Lei nº 7/2003, *a revisão das cartas educativas é obrigatória quando a rede educativa fique desconforme com os princípios, objectivos e parâmetros técnicos do ordenamento da rede educativa, devendo o processo de revisão ser iniciado a solicitação do Ministério de Educação ou das Câmaras Municipais. O Ministério da Educação e as Câmaras Municipais reavaliam obrigatoriamente de cinco em cinco anos a necessidade de revisão da carta educativa. Assim, mediante o estabelecido no Decreto-Lei, a Carta Educativa de Carregal do Sal irá ser revista de 5 em 5 anos.*



Síntese do Relatório Bianual 2006-2008

A revisão das cartas educativas, bem como, a elaboração de relatórios bianuais é obrigatória quando a rede educativa sofre alterações e fica inadequada perante os princípios, objectivos e parâmetros técnicos do ordenamento da rede educativa.

Nestas circunstâncias e visto não se terem constatado mudanças significativas nas medidas de intervenção apresentadas, não se considerou necessário proceder à elaboração do relatório bianual 2006-2008.

Relatório Bianual 2008-2010

Antes de se agir sobre qualquer realidade, temos primeiro que diagnosticar as necessidades básicas de um determinado território populacional.

Neste contexto, quando se realizou o diagnóstico do concelho de Carregal do Sal chegou-se a um conjunto de pontos fortes e pontos fracos, manifestados em termos de vantagens e desvantagens do Concelho.

De entre os pontos fortes, persiste: um forte incremento do tecido empresarial; a aposta na requalificação da rede viária; a criação de uma série de infra-estruturas ao serviço da cultura e do desporto; a promoção do património local; a implementação de políticas sociais.

No que diz respeito aos pontos fracos, o Concelho apresenta: uma taxa de analfabetismo elevada; um nível de escolaridade populacional muito reduzido (a maioria possui o 1ºCEB); um saldo fisiológico longitudinal negativo, ou seja, a taxa de mortalidade tem-se mostrado sempre superior à taxa de natalidade; uma perda populacional em quase todas as freguesias, à excepção de Currelos; um índice de envelhecimento elevado, isto é, a população do Concelho está bastante envelhecida, o que vai requer mais cuidados de apoio à terceira idade; baixas taxas de escolaridade e abandono antecipado e precoce; um baixo rendimento nos Ensinos Básico e Secundário; uma baixa taxa de ocupação na generalidade dos jardins-de-infância, sendo que a tendência é cada vez menos população escolar ao longo dos anos; um parque escolar muito disperso e subproveitado; dificuldades logísticas no serviço de refeições do pré-escolar e 1º ciclo do ensino básico; ausência de espaços adequados para a prática de desporto na generalidade das escolas; uma fraca ou quase nula aposta na formação profissionalizante; uma parca oferta de âmbito artístico; uma descoordenada formação desportiva; insignificantes e raros hábitos de leitura.



No intento de melhorar significativamente o Sistema Educativo do Concelho, estabeleceu-se um conjunto de objectivos fundamentais, os quais passamos a citar: rentabilizar os meios e recursos disponíveis do Concelho; requalificar/racionalizar o parque escolar; potencializar o desenvolvimento de pólos educativos junto a aglomerados com certo significado; desenvolver uma rede de transportes ao serviço da comunidade educativa; melhorar a oferta educativa numa lógica de formação permanente; combater o abandono e insucesso escolar; apostar na formação cívica e ambiental; apostar na Formação Profissional; fomentar o desenvolvimento das artes; fomentar o desenvolvimento do desporto; potencializar o Ensino Recorrente e a Educação Especial; apoiar a formação de agentes educativos.

No âmbito do processo de monitorização, os procedimentos utilizados assentaram essencialmente na: recolha, tratamento e disponibilização da informação; transformação da informação em instrumentos de acção e avaliação dos resultados.

Antes de mais, importa realçar que, no dia 1 de Agosto de 2010 houve a criação de um Agrupamento de Escolas único, que integra os dois Agrupamentos de Escolas existentes, bem como, a Escola Secundária de Carregal do Sal, tendo sede nesta última.

Neste contexto, tomaram posse, o Presidente da Comissão Administrativa Provisória do Agrupamento de Escolas de Carregal do Sal e os dois Vice-Presidentes da mesma Comissão, designados pelo Ministério da Educação.

O Presidente da referida Comissão é o Dr. Hermínio Alexandre Ribeiro da Cunha Marques (ex Director da Escola Secundária/3 de Carregal do Sal) e os dois Vice-Presidentes são, o Eng.º Jorge Manuel Monteiro Correia (ex Director do Agrupamento de Escolas de Carregal do Sal) e o Eng.º José Manuel Dias de Figueiredo (ex Director do Agrupamento de Escolas de Cabanas de Viriato).

Ao nível da recolha de informação, está a ser feito novo levantamento do número de alunos dos vários estabelecimentos de ensino, nomeadamente, através de ofícios dirigidos aos estabelecimentos de ensino do Concelho.

Procedeu-se também, à recolha dos projectos de arquitectura, para estudo e análise dos mesmos.

No que respeita aos instrumentos de acção, foram realizadas três reuniões no ano de 2007 pela Comissão de Acompanhamento da Carta Educativa. A primeira reunião teve lugar no dia 18 de Janeiro de 2007, com a criação do grupo de trabalho; a avaliação das medidas (execução); a intenção de criação de uma base de dados permanente (aprovação da grelha a incluir); a avaliação da alteração da medida 1, e a análise do sistema de transportes. A segunda reunião ocorreu a 9 de Fevereiro de 2007, com a seguinte ordem de trabalhos: apresentação do grupo de trabalho em R.C. e análise do sistema de transportes actual, com indicação do total de alunos



(dos Agrupamentos) transportados, tendo em conta o número de alunos que se pode transportar por lei. A terceira reunião decorreu no dia 6 de Março de 2007, tendo-se feito alusão aos seguintes itens: análise do ponto da situação; monitorização da carta educativa e outros assuntos considerados importantes.

Em meados 2009, considerou-se a possibilidade de criação de uma Plataforma Electrónica (Base de Dados Local), baseada na Carta Educativa, bem como, no sector da Acção Social e dos Transportes, constituindo-se como uma base de dados local e conjunta da Câmara Municipal de Carregal do Sal, com informação relevante para disponibilizar a todo o cidadão interessado. Todavia, a sua efectiva concretização estará prevista para o ano de 2010.

Paralelamente à intenção de criar a referida Plataforma Electrónica, numa fase inicial, foram elaboradas tabelas com dados estatísticos acerca do Concelho, distribuídas por áreas diversas, estando já disponíveis no Portal do Município <http://www.cm-carregal.pt>. As estatísticas encontram-se organizadas pelas seguintes áreas temáticas: Demografia; Caracterização Sócio-Económica; Emprego; Educação; Habitação; Saúde; Acção Social; Associativismo, Equipamentos Culturais e Desportivos; Segurança e Criminalidade; Ambiente e Turismo, e pretendem servir os mais diversificados públicos na concretização das suas actividades/tarefas pessoais, académicas e/ou laborais. Neste momento, as estatísticas encontram-se em fase de actualização.

Foi igualmente construído um questionário para pais e encarregados de educação, no sentido de obter uma provisão do número de alunos que vão usufruir de transportes escolares e da componente de apoio à família, aquando do funcionamento dos centros educativos, ficando a sua respectiva aplicação à consideração do Conselho Municipal de Educação.

Assim, diagnosticados os problemas do Concelho, bem como, definidos os objectivos, foram reestruturadas medidas de intervenção, que sofreram algumas alterações, as quais passamos a enumerar:

A medida 1, para além do Julgado de Paz, já em funcionamento, poderá vir a abarcar um estabelecimento de ensino especial e/ou ensino profissional, sendo este último pouco provável, dadas as inúmeras iniciativas que o governo tem criado ao nível das escolas secundárias.

A medida 2, não vai mais integrar o berçário, como era intenção inicial, decorrente de não haver capacidade para tal. A obra está a avançar desde Maio de 2009, pelo que, numa fase inicial, seria para estar em condições de funcionamento no ano lectivo 2010/11. Contudo, devido a atrasos de diversas ordens, só irá estar concluída em 2011/2012.

A medida 3, ao invés do aproveitamento do antigo edifício da escola primária de Cabanas de Viriato para funcionamento dos jardins-de-infância, à partida, irá integrar uma ampliação da



EBI Aristides de Sousa Mendes, que se manifesta com capacidade para albergar a totalidade de alunos.

A medida 4 continua em aberto, aguardando uma sugestão por parte da DREC, podendo, numa fase posterior, ser necessário proceder ao ajustamento destas medidas apresentadas.

A medida 5 encontra-se igualmente inconclusiva podendo, com o avançar das outras medidas, e de acordo com financiamentos futuros, vir a sofrer importantes alterações.

Os transportes escolares, embora não sejam considerados medida de intervenção, estão interligados ao parque escolar e, por tal, a Autarquia está a equacionar um novo projecto para a rede de transportes, como já foi referido anteriormente. Assim, é da sua pretensão apoiar as famílias que não reúnam condições para o transporte das crianças ao nível do pré-escolar, através de uma candidatura específica para obtenção do respectivo serviço, que irá ter em conta o IRS do agregado familiar, entre outros factores. Ao nível do 1º ciclo até ao secundário já existe regulamento específico que comparticipa os transportes dos alunos até às respectivas escolas, futuramente, até aos centros educativos.